



Convento dos Capuchos, Monte da Caparica.

Ciências e técnicas do Património Cultural

Entre a concorrência e a cumplicidade

No meio profissional dos museólogos circula uma cartilha que encerra, entre outros mandamentos, um precioso ensinamento: “Se tiveres que fazer obras de remodelação ou ampliação no teu museu, ou se te derem a construir um edifício novo, em qualquer dos casos, lembra-te: não deixes nunca o arquitecto à solta.”

A mordacidade da observação, apesar de visar a caricatura, funda-se todavia numa realidade viva. A ausência de diálogo interdisciplinar parece ser, de facto, a regra ainda prevalente entre áreas do saber que dão corpo às ciências do património. Cremos, por isso, ser útil um exercício de reflexão sobre algumas das questões levantadas no debate de lançamento do último número da revista *Estudos/Património*, do Ippar, cujo tema agregador é precisamente “Ciências e técnicas aplicadas ao Património” (Dezembro 2002).

Não é preciso recuar muito no tempo para se perceber quanto se avançou entre nós quer do ponto de vista teórico quer no das práticas profissionais, em áreas disciplinares associadas à intervenção no Património: arquitectura, engenharia, conservação e restauro, museologia, urbanismo, planeamento biofísico, história, história da arte, arqueologia. Em todas elas se têm registado desenvolvimentos notáveis ao nível da investigação aplicada, da oferta de cursos universitários, e da produção de teses académicas. A sofisticação e a complexidade dos adquiridos teóricos, tanto quanto do aparato tecnológico utilizado,

são hoje indiscutíveis e comprovam a afirmação de novos profissionais formados em universidades estrangeiras, mas também em algumas nacionais.

Dado curioso, com evidentes repercussões a prazo, é o da crescente circulação de jovens que, licenciados numa área disciplinar consolidada, escolhem outra área para se especializarem. Ou seja, começa a ser corrente encontrar arquitectos a fazerem mestrados em Museologia, engenheiros a doutorarem-se em História da Arte, historiadores com pré-especialização em Património Cultural a frequentarem mestrados de Engenharia e até a abalancharem-se para doutoramentos em Arquitectura. Caso normal é encontrar graduados em conservação e restauro a procurarem formação pós-graduada em Museologia ou História da Arte, bem como químicos a frequentarem cursos pós-graduados em Química Aplicada ao Restauro. E os exemplos de cruzamento de formações e de especializações poderiam repetir-se quase indefinidamente. As universidades não desdenham este mercado potencial e oferecem mestrados ou cursos curtos de especialização com programas de fusão, abertos a li-

cenciados das mais variadas proveniências curriculares. Durante décadas fixadas em imutáveis elencos de áreas científicas de doutoramento, as instituições académicas aceitam orientar teses sobre temas dantes impensáveis, apresentadas por candidatos que não aspiram sequer à carreira universitária.

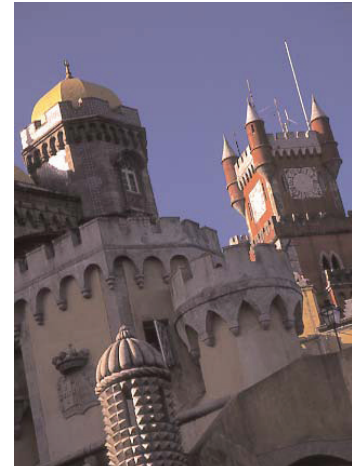
Ora, este fenómeno parece desenhar um quadro conceptual novo, obrigando a rever categorias disciplinares antiquadas. Desde logo, porque ilustra a sedução que saberes vizinhos exercem entre si, um poder de atracção que está a criar uma coesão transdisciplinar que anos e anos de doutrina epistemológica não tinham conseguido. Contudo, este novo quadro não se encontra isento de tensões, compelindo alguns profissionais formados na “escola das linguagens de Babel” a coexistirem com uma nova geração de técnicos. Geração apetrechada com actualizadas utensílagens conceptuais e, sobretudo, com uma inesgotável capacidade de compreensão das gramáticas discursivas em presença. Não deve merecer contestação nem surpresa, que as maiores resistências se verifiquem, por razões históricas e de cultura



Mosteiro da Batalha.



Muralla fernandina, Lisboa.




Palácio da Pena, Sintra

profissional, entre os arquitectos. Ocupando durante anos a fio – sozinhos ou liderando equipas – o vasto território dos saberes “artísticos” e “técnicos” dos patrimónios edificado e urbano, alguns parecem encarar com natural cepticismo a partilha de decisões. Outra questão é a de saber da adequada especialização destes profissionais no âmbito, cada vez mais exigente, das ciências do património. Paolo Marconi, prestigiado professor de Restauro Arquitectónico na Universidade de Roma-Tre e na Escola de Arqueologia de Atenas, admitiu recentemente que o deficiente entendimento do monumento/documento por parte de alguns arquitectos (referindo-se ao caso italiano, mas decerto tomando-o como tendência europeia) se deva a uma formação pouco, ou nada, sensível à “filologia” histórica dos processos construtivos tradicionais – “Os arquitectos não estão preparados para compreenderem os edifícios onde intervêm”; “Como se pode fazer análise de textos sem se conhecer a língua?”

Convidado do III Congresso Internacional “Restaurar La Memoria” (Valladolid, Novembro 2002), o mestre italiano criticou o descontrolo na formação de novos arquitectos (120 000 só no seu país), a obsessão pela obra nova de que muitos são portadores, e as opções éticas e técnicas de quem assimilou, apressadamente, as recomendações de Cesare Brandi. Recordou a propósito que a doutrina do autor da Carta del Restauro deve ser lida no contexto do combate

ao restaurador/falsificador e ao mercado de falsos, pelo que a denúncia do “ilusionismo” não pode ser confundida com o recurso imprudente aos materiais e técnicas contemporâneas como marca diferenciadora. Descontem-se o facto de a doutrina filológica de Marconi estar longe de ser consensual entre as diferentes escolas (como ali recordou o ideólogo da Carta de Cracóvia, o flamengo André de Naeyer), mas sublinhe-se, sobretudo, o seu apelo à cumplicidade disciplinar com novas parcerias, e à humildade intelectual do arquitecto na captura do corpo e da alma do edifício. Seja como for, a maior virtualidade deste discurso crítico parece ser a reapreciação do lugar a ocupar pelos saberes de matriz histórica quando se trata de elaborar programas de recuperação patrimonial. Logo, o regresso do pensamento patrimonial a verdades elementares e essenciais, a sujeição do programa de intervenção mais à componente humana das vivências associadas e menos à tecnologia do momento. Ideia que, a nosso ver, legitima a importância da formação de técnicos generalistas, cujo perfil profissional importaria, doravante, debater. Durante o encontro ocorrido no Palácio da Ajuda – no já referido lançamento da revista do Ippar – o historiador de arte e museólogo Paulo Pereira (não por acaso citamos a sua filiação intelectual) interpelou os intervenientes sobre a forma institucional que deveria assumir o diálogo entre as diferentes ciências e técnicas do património cultural, citando o exemplo francês da

École du Patrimoine. Há neste desafio à reflexão uma virtualidade que deve ser devidamente acentuada, provindo para mais do subdirector do instituto da tutela pública e que é, simultaneamente, uma das raras personalidades que tem apresentado um esforço teórico sobre estas matérias. Merece o maior dos consensos a ideia de que caberia justamente ao Ippar o desempenho de um papel normativo e filosófico no universo patrimonial, actuando pelo exemplo em intervenções modelares. O reforço desta componente de actuação do instituto teria de ser feita porventura em prejuízo da sua actual dispersão temática e territorial que se adivinha de difícil seriação e avaliação, mas certamente com óbvias vantagens para o debate de ideias, para a discussão metodológica, para a elaboração e tratamento de um sistema de documentação e para a definição de estratégias nacionais de intervenção. Cremos, por isso, que ao instituto deveria ser reservado um crescente papel polarizador na construção de uma “escola do património” informal. Os seus parceiros naturais seriam universidades, associações privadas como o GE-CoRPA, instituições públicas como a DGEMN e o LNEC, bem como ordens e associações profissionais. O maior dos investimentos nem sequer seria o financeiro mas, certamente, o das vontades. 

JOÃO CARLOS BRIGOLA,
Arquitecto, Universidade de Évora
Fotos de Telmo Miller